

A política externa no governo Bolsonaro: *autonomia ou alinhamento aos EUA?*

Kátia Regina Rodrigues Lima¹ 
Universidade Regional do Cariri, URCA

Emmanuel Lima Ferreira² 
Universidade Regional do Cariri, URCA

Patric Anderson Gomes da Silva³ 
Universidade Estadual do Ceará, UECE

Resumo: O artigo analisa a política externa no governo Bolsonaro e suas implicações para as relações internacionais brasileira. O estudo é fruto de pesquisa bibliográfica e documental ancorada em pesquisadores(as) de e do campo das Relações Internacionais. Foi identificada, no governo Bolsonaro, uma posição de subordinação comercial e de alinhamento da política externa brasileira aos EUA, configurando-se como uma diplomacia da vassalagem; outras ações compõem esse cenário: negacionismo ambiental, negacionismo científico, negação dos Direitos Humanos, dos direitos dos indígenas, dentre outros. A política externa do governo Bolsonaro abalou a credibilidade diplomática brasileira e transformou o país num pária mundial com consequência para o desenvolvimento nacional.

Palavras-chave: Governo Bolsonaro; Política externa brasileira; Diplomacia da vassalagem; Relações internacionais.

Foreign policy in the Bolsonaro government: autonomy or alignment with the U.S.?

¹ Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (1987), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (1997), doutorado em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2005) e Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará-UFC. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, História, Educação e Artes (GPETHEA) cadastrado no Diretório do CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa em Trabalho e Política Educacional (GPTPOED). Experiência na área de Educação, com ênfase em Políticas Públicas e Política de Educação Superior e Básica, atuando principalmente nos seguintes temas: Reforma do Estado e da Educação, Democratização, Educação Superior, Docência no Ensino Superior e Educação Básica, Trabalho e Educação, Formação e Trabalho Docente, Telensino, Gestão Escolar e Desenvolvimento Regional,  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9132-9551>, e-mail: katia.regina@urca.br.

² Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (1990), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2002), doutorado em Sociologia na UFC (2011) e Pós-doutorado na Universidade Estadual do Ceará (2018). Professor Adjunto da Universidade Regional do Cariri-URCA no Curso de Economia. Tem experiência na área de Sociologia e Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: regime militar, capitalismo, desenvolvimento, reforma do Estado, democracia, partidos políticos, educação superior e trabalho docente,  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7375-8926>, e-mail: emmanoellima@gmail.com.

³ Metrandoo em Educação pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Possui Graduação em Licenciatura para Ciências Biológicas pela Universidade Regional do Cariri - URCA. Membro no Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho, História, Educação e Artes (GPETHEA),  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6285-1439>, e-mail: patricanderson16@icloud.com.

Abstract: *The article analyzes foreign policy in the Bolsonaro government and its implications for Brazilian international relations. The study is the result of bibliographic and documentary research anchored in researchers from and from the field of International Relations. A position of commercial subordination and alignment of Brazilian foreign policy to the Usa was identified in the Bolsonaro government, configuring itself as a vassal diplomacy; Other actions compose this scenario: environmental denialism, scientific denialism, denial of human rights, indigenous rights, among others. The Bolsonaro government's foreign policy has shaken Brazil's diplomatic credibility and transformed the country into a world outcast with a consequence for national development.*

Keywords: *Bolsonaro Government; Brazilian foreign policy; Vassal diplomacy; International relations.*

Política exterior en el gobierno de Bolsonaro: ¿autonomía o alineación con Estados Unidos?

Resumen: *El artículo analiza la política exterior en el gobierno de Bolsonaro y sus implicaciones para las relaciones internacionales brasileñas. El estudio es el resultado de una investigación bibliográfica y documental anclada en investigadores del ámbito de las Relaciones Internacionales. Una posición de subordinación comercial y alineación de la política exterior brasileña a los Estados Unidos fue identificada en el gobierno de Bolsonaro, configurándose como una diplomacia vasalla; Otras acciones componen este escenario: negacionismo ambiental, negacionismo científico, negación de derechos humanos, derechos indígenas, entre otros. La política exterior del gobierno de Bolsonaro ha sacudido la credibilidad diplomática de Brasil y ha transformado al país en un paria mundial con consecuencias para el desarrollo nacional.*

Palabras-clave: *Gobierno de Bolsonaro; la política exterior brasileña; Diplomacia vasalla; Relaciones internacionales.*

1 INTRODUÇÃO

Jair Messias Bolsonaro assume a presidência do Brasil em 2019, tendo como *slogan* de sua campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. No terceiro ano de governo de Jair Bolsonaro os indicadores sociais indicam retrocessos em diversos setores: economia com o pior Produto Interno Bruto (PIB) da história do país, 12,9 milhões de brasileiros(as) desempregados(as) e 40,6% na informalidade⁴ e elevadíssimos preços dos combustíveis; na saúde, a morte de mais de 600 mil brasileiros(as) por Covid-19; no setor de energia, aumento de tarifas e crise energética beirando um apagão; na educação, a redução drástica de investimentos nas universidades e institutos públicos, política de formação de professores alinhada aos interesses do capital, um processo de ideologização conservadora do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), dentre outros.

⁴ Dados sobre desempregados(as) e informalidade divulgados no *site* da Agência Brasil, em 30/11/2021.

O estudo objetivou compreender o perfil da política externa brasileira no governo Bolsonaro e seus efeitos para as relações internacionais do país.

O capítulo está estruturado em duas seções, antecedidas pela “Introdução” e sucedidas pelas “Considerações finais”. A primeira seção apresenta uma digressão histórica, evidenciando momentos da política externa brasileira em governos anteriores ao de Bolsonaro. A segunda versa sobre o governo Bolsonaro e sua política externa de alinhamento aos EUA.

2 REFLETIR SOBRE O PASSADO PARA MELHOR COMPREENDER O PRESENTE

Para compreender a política externa brasileira no governo Bolsonaro se faz necessária uma digressão histórica evidenciando momentos da política externa do país em governos anteriores ao de Bolsonaro. Para tanto, foram realizadas, também, em determinados momentos, referências ao campo internacional.

O presidente da Argentina (1989-1999), Carlos Saúl Menem Akil⁵, declarou que queria estabelecer relações carnavais com os EUA. A declaração de Menem, na década de 1990, não foi um ponto fora da curva. É um dilema que assola a política externa dos países de renda média⁶ como o Brasil e a Argentina. No Brasil, destaca Moniz Bandeira (2011), o embaixador brasileiro em Washington, do governo Café Filho – Juraci Magalhães, declarou que “[...] o que é bom para os EUA é bom para o Brasil”. Café Filho e seu embaixador refletiam a perspectiva de atrelamento da política externa aos EUA por considerarem que esse seguidismo ao gigante do Norte traria mais dividendos políticos e econômicos para o Brasil.

Essa política remonta, segundo José Luís Fiori (2020a), às primeiras décadas do

⁵ O governo Menem correspondeu à segunda onda neoliberal na Argentina, a primeira foi com os militares e seu ministro Martinez de Hoz.

⁶ Fazem parte desse grupo países que têm uma renda *per capita* de 10 a 15 mil dólares, ou seja, países que ficaram no meio do caminho, que saíram do patamar de países exportadores de produtos primários para criar uma base produtiva mais diversificada, mas não alcançaram ainda a produção de bens de capital, de produtos mais sofisticados e empresas disputando mercados no plano internacional na indústria automobilística, aeronáutica, naval, microeletrônica, etc.

século XX, com a geração do Barão do Rio Branco e do presidente Hermes da Fonseca, que conceberam uma aliança estratégica com os EUA que tinha como desiderato competir com o poder econômico e militar da Argentina na disputa pelo Rio da Prata e da própria América do Sul.

Fiori (2020a) relembra que, nessa época, os EUA estavam focados no teatro de guerra europeu da Primeira Guerra Mundial e não olharam com o devido interesse para a América do Sul, mas essa situação muda com a disputa acirrada no Período Entreguerras, principalmente na década de 1930, com a ascensão do nazi-fascismo e do Japão entrando forte no mercado da América Latina (AL). O *New Deal*, de Roosevelt, procurava reparar a imagem desgastada das inúmeras intervenções dos EUA no Caribe, na América Central e na América do Sul.

A Segunda Guerra Mundial é o divisor de águas porque os EUA pressionam fortemente os países da AL a apoiarem o seu projeto geopolítico de expansão mundial e não mediram esforços para colocar a AL sob o seu guarda-chuva militar, econômico e político. Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha, nesse período, aproveitaram a disputa mundial para barganhar apoio para a instauração de uma siderúrgica nacional que fosse o esteio do desenvolvimento industrial, e a aliança com os EUA serviria para o objetivo de reequipar e reaparelhar as Forças Armadas (FFAA) diante da Argentina. Góes Monteiro foi o grande responsável por essa política nas FFAA brasileiras.

Luís Fiori (2020a) analisa que o Brasil tomou decisões que iriam modelar prospectivamente a história do país ao atender aos interesses norte-americanos, concedendo-lhes o monopólio de produtos nacionais: bauxita, berilo, manganês, quartzo, borracha e titânio, dentre outros. Além disso, em 1941:

O governo brasileiro concedeu à Marinha americana o direito de operar na costa brasileira, e o direito de as tropas americanas de utilizarem suas bases aéreas e navais. Finalmente foi assinado, em 22 de maio de 1942, um Acordo Militar que garantiu o alinhamento das Forças Armadas brasileiras ao lado dos Estados Unidos, em troca de um financiamento de 200 milhões de dólares para a aquisição de equipamentos, armas e munições norte-americanas, junto com o compromisso de desenvolver planos conjuntos de defesa e capacitação das Forças Armadas brasileiras (FIORI, 2020a, n.p).

O Brasil, em agosto de 1942, declarou guerra às potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). A história todos nós sabemos, o país participou, por meio da Força Expedicionária

Brasileira (FEB), da Segunda Guerra Mundial. A partir daí, começa um alinhamento maior do Brasil com os EUA, que saem da Segunda Guerra como os grandes vitoriosos. Seu território não foi atingido por bombardeios, e se consagraram como o grande credor da guerra e arquiteto da Nova Ordem Internacional que surgia com os acordos de Bretton Woods.

Já no final da Segunda Guerra Mundial, era visível que os EUA não iriam prosseguir com a política da boa vizinhança. Não viam com bons olhos governos nacionalistas que procuravam implementar uma agenda de desenvolvimento nacional e industrial.

O embaixador norte-americano Adolfo Berle Jr. incentivou abertamente o golpe de Estado que derrubou Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945. O governo Dutra advogou uma política externa de alinhamento aos EUA. Mas isso não ocorreu sem resistências, as bases militares foram restituídas ao Brasil. Não esqueçamos que Peron foi duramente hostilizado pelos EUA até levarem à sua queda em 1955, um ano após o suicídio de Vargas.

O governo Vargas assume e procura dar à política externa maior autonomia face aos EUA, mas mantendo o Brasil como aliado deste país. A situação após a Segunda Guerra não permitia mais o *jogo de cintura* que teve Vargas de manobrar com as disputas interimperialistas para conseguir a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), uma indústria de aço que era fundamental para o desenvolvimento industrial brasileiro. Vargas foi levado ao suicídio porque queria garantir ao Brasil maior autonomia econômica, política e industrial. A criação da Petrobrás acendeu o *alerta vermelho* para os setores mais atrelados ao imperialismo estadunidense encampar uma campanha *ensurdecadora* contra Vargas.

O governo Café Filho, por meio de seu ministro do Trabalho, Eugênio Gudin, procurou dar um tom mais liberal à economia, e na política externa estabeleceu maior submissão aos EUA. A Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) prejudicou sobremaneira a indústria nacional.

Juscelino Kubitschek (JK) assume o governo após tentativas de inviabilização de sua posse por suas ligações com Vargas. O vice de JK era João Goulart, um herdeiro do getulismo. JK sofreu duas tentativas de golpes — Aragarças e Jacareacanga — dentro das FFAA, que foram minoritárias porque a economia ia bem e Juscelino fazia concessões às FFAA, como a compra de porta-aviões Minas Gerais para a Marinha brasileira.

JK procurou buscar recursos fora do país para a consecução da industrialização brasileira e divulgar a Operação Pan-Americana (OPA), que defendia uma espécie de Plano Marshall para a AL. O governo Eisenhower não deu muita atenção porque considerava a AL uma trincheira segura para os negócios das multinacionais dos EUA e para a sua hegemonia.

O desenvolvimento industrial brasileiro, à medida que ia avançando, abria novas fontes de atrito com os EUA devido à necessidade de mercados para escoar os produtos brasileiros, de políticas industriais, protecionismo para assegurar mercados e o desenvolvimento de empresas nacionais. A maior demonstração disso é que, já no governo Jânio Quadros, um governo conservador que foi apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), a política externa independente desagradou não só os EUA, mas, também, seus apoiadores internos. Jânio Quadros procurava parceiros comerciais nos países do Sul e mantinha relações diplomáticas e comerciais com os países do chamado Bloco Socialista. Vejamos o que diz o grande pensador Muniz Bandeira sobre o assunto.

Jânio Quadros, sucessor de Juscelino Kubitschek na presidência do Brasil, percebeu que a consciência popular, aguçada pelo impulso da industrialização e pelos interesses nacionais, pela necessidade do desenvolvimento econômico, não mais admitia a subordinação do Brasil aos ditames dos EUA.

A autonomia com que Quadros tratou de conduzir a política exterior, tendo na defesa da autodeterminação e da não-intervenção em Cuba seu *point d'honneur*, refletiu uma transformação qualitativa na estrutura econômica e social do Brasil, que se estava a tornar predominantemente urbano e industrializado e necessitava conquistar mercados para as suas manufaturas. Essa mutação gerou consciência da necessidade de não se comprometer com a prévia tomada de posições vis-à-vis do conflito Leste-Oeste, nem com a política colonialista dos países europeus, particularmente de Portugal, que insistia em manter possessões de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde como suas “províncias ultramarinas” (BANDEIRA, 2004, p. 366)

Moniz Bandeira (2004) aponta que Afonso Arinos de Melo Franco, em suas memórias, criou uma política externa independente, e que esta criação, para Melo Franco estava ligada ao desenvolvimento interno do Brasil. A política de Melo Franco foi continuada no governo João Goulart por San Thiago Dantas, mesmo com a queda de Goulart por um golpe unguído pelos EUA, Forças Armadas brasileira e burguesia. A reversão de política externa independente não durou muito tempo.

O governo Castelo Branco assumiu um viés mais liberal e de alinhamento com os EUA. O envio de tropas brasileiras à República Dominicana é emblemático dessa orientação.

Ficou famosa a frase de Juraci Magalhães, ministro das Relações Internacionais de Castelo Branco, que declarou que: “O que é bom para os EUA é bom para Brasil” (BANDEIRA, 2011, p. 137).

Já no governo Costa e Silva, apesar do alinhamento, houve uma maior independência frente aos EUA, se comparado ao governo de Castelo Branco. Bandeira (2011) lembra o famoso episódio da viagem de Costa e Silva a Washington, quando este se encontrou com Lincoln Gordon, que, na sua habitual soberba, perguntou-lhe que política iria desenvolver. Costa e Silva teria respondido que iria manter a estabilidade, mas procuraria levar à frente a industrialização do país, e Gordon teria retrucado que o presidente que tentara isso estava no exílio, fazendo referência a Kubitschek. Costa e Silva teria lhe respondido que o Brasil iria manter aliança com os EUA, mas tinha autonomia para decidir sua política interna.

Moniz Bandeira (2004) assevera que a subordinação da política externa brasileira aos interesses estratégicos, de forma aberta e declarada, aos EUA por parte da Ditadura Militar brasileira durou curto período de tempo. Destaca que as tendências nacionalistas novamente tiveram espaços permeando o governo Costa e Silva, que tocou a política externa em base semelhantes às do governo Quadros e Goulart.

O alinhamento automático com os EUA, de fato, não durou mais do que um breve e aberrante interregno — O governo (três anos) do marechal Humberto Castelo Branco, o primeiro presidente do regime militar (1964-1967). Com a ascensão do general Arthur da Costa e Silva à presidência (1967-1969), a política externa do Brasil voltou a pautar-se por diretrizes similares às da política externa independente de Quadros e Goulart (BANDEIRA, 2004, p. 367).

No governo Médici (1969-1974), o embaixador brasileiro em Washington teve que reconhecer que a política externa estadunidense era movida por um “conceito frio de realismo e pragmatismo”, e, a partir daí, a diplomacia brasileira inicia a denúncia do “congelamento da estrutura do poder mundial” através do oligopólio da energia nuclear (BANDEIRA, 2004).

O governo Geisel teve diversas contendas com os EUA devido ao acordo nuclear com a República Federal da Alemanha e a pauta dos direitos humanos, que foi levantada hipocritamente pelos EUA para solapar ditaduras, que antes serviu aos interesses norte-americanos e, naquele momento, passou a preocupar os EUA devido à estruturação de parques industriais por parte dessas ditaduras que competiam com os EUA em diversas áreas

da indústria, Brasil e Coreia do Sul, por exemplo.

A demonstração cabal do que estamos falando é que Jimmy Carter, o presidente dos EUA, o “paladino” da luta pelos direitos humanos, não só fazia *vista grossa* à ditadura sanguinária do Xá Reza Parlevi, mas elogiava o seu governo.

A crise do capitalismo na década de 1970 tirou da hibernação os neoliberais e, no plano internacional, começou uma campanha contra o Estado, que seria portador de todos os males e a favor do mercado, que seria o esteio de todas as virtudes econômicas, políticas, culturais etc.

Na verdade, o governo Reagan, por exemplo, manteve um keynesianismo militar, aumentando os gastos com defesa e com as forças armadas, para minar a URSS e levá-la à exaustão. Mas a URSS implodiu devido às forças pró-mercado de Gorbachev e Yeltsin.

A adoção do consenso de Washington, formulado pelos EUA, significa o abandono de qualquer veleidade nacional e de uma política externa mais autônoma por parte dos países periféricos. Isso não impediria que houvesse atrito entre os países periféricos em diversas áreas econômicas devido às políticas protecionistas dos EUA, e de seu unilateralismo na década de 1990.

Como escrevemos, embora houvesse atritos, a política industrializante foi substituída pelo controle monetário, o Estado mínimo e a busca de poupança externa, levava, na prática, a uma política de alinhamento com os EUA. Por exemplo, Samuel Pinheiro Guimarães foi demitido da diretoria do IPRI, no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), porque ele criticava a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e Lafer aceitou de forma vergonhosa que:

[...] os EUA destituíssem ilegalmente o embaixador José Maurício Bustani da direção da OPAQ, sob a alegação de não querer transformar o caso em uma questão bilateral. A gestão de Lafer, devido a essas e outras atitudes, contribuiu para desgastar ainda mais a imagem do governo de Fernando Henrique Cardoso, enquanto Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT à presidência da República, capitalizava o crescente sentimento antiamericano, atacando a política internacional belicosa e prepotente de George W. Bush e denunciando que a ALCA não constituía uma proposta de integração, “mas uma política de anexação e nosso país não será anexado” (BANDEIRA, 2004, 370-371).

Os governos petistas, embora não pudessem ser acusados de nacionalistas radicais, possuíam política externa independente, o que incomodava os EUA ao vetar a ALCA em

2005, ao estabelecer os BRICS junto com a Rússia, Índia, China e África do Sul, e financiar as empreiteiras que atuavam no mercado internacional. Além disso, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) procuraram recriar a burguesia brasileira, severamente atacada nos governos de FHC, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Petrobrás, os acordos comerciais fechados com a China contrariavam o domínio dos EUA no continente latino-americano.

A tentativa frustrada de golpe em 2002, na Venezuela; no Paraguai, em 2012; de 2009, em Honduras; e a derrubada golpista da presidenta Dilma Rousseff, em 2016; e, posteriormente, o golpe contra Evo Morales; sinalizavam que os EUA queriam reverter a onda que sacudiu a AL, com a crise de governos que implementaram políticas neoliberais, e que levou ao prosclínio vários governos de centro-esquerda e nacionalistas na AL.

O governo de Michel Temer⁷ procurou obliterar as características principais do governo do PT. Para esses setores que assumem o governo, o multilateralismo, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a busca de parcerias Sul-Sul, é uma postura benevolente da política externa brasileira com “ditaduras”⁸. À época, foram alçadas duas lideranças do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) para ficar à frente do Ministério das Relações Exteriores: José Serra (2016-2017) e Aloysio Nunes (2017-2018). O partido atacava a política externa dos governos do PT por ser demasiadamente “ideológica”⁹.

O governo Michel Temer aproximou o Brasil dos países da Aliança do Pacífico: Chile, Colômbia, México e Peru, vale dizer, mais conservadores, mais alinhados com os EUA. Nesse governo, foi aprovada a Emenda Constitucional 95/2016, que compara o orçamento federal ao orçamento doméstico, e dava prosseguimento a uma política ultraliberal de privatizações, ataques aos direitos dos trabalhadores etc.

Com a prisão de Luís Inácio Lula da Silva, impedido de participar das eleições presidenciais, o candidato da extrema direita Jair Bolsonaro, com viés claramente fascista, venceu as eleições. Sua política no campo das Relações Exteriores é de total alinhamento aos

⁷ Michel Temer assumiu a presidência logo após o *Impeachment* de Dilma Rousseff.

⁸ Esses setores consideram, por exemplo, o governo venezuelano uma ditadura.

⁹ Os dez pontos da política externa publicados por José Serra tinham como objetivo principal a retirada do caráter “ideológico” dessa política.

EUA, principalmente ao governo de Donald Trump, e deu continuidade à política de José Serra, de eliminar o suposto viés ideológico na PEB.

3 A POLÍTICA EXTERNA NO GOVERNO BOLSONARO

O governo de Jair Messias Bolsonaro teve uma clara influência das ideias de Olavo de Carvalho, conhecidas como olavismo. Daí ter escolhido para presidir o Ministério das Relações Exteriores Ernesto Araújo¹⁰, um aliado e discípulo do ex-astrólogo, professor de filosofia na *internet* e guru da extrema direita brasileira. Vale destacar a decadência política da direita brasileira expressa nesse fato, pois a extrema direita brasileira tinha como mentores intelectuais Gustavo Barroso e Miguel Reale, na década de 1930, e, no período do governo Bolsonaro, teve Olavo de Carvalho.

A ideologia dos olavistas, que foi empalmada pela família Bolsonaro e por militares, inicialmente, parece uma doutrina tirada da Guerra Fria, que tem como baliza a defesa do Ocidente e o rechaço da globalização, que, para Ernesto Araújo, seria anticristã e antinacional. O globalismo, para esses setores, favorece a China, considerada a *fábrica do mundo* e o país que disputa a hegemonia mundial com os EUA.

Entretanto, não podemos esquecer que a globalização beneficiou os EUA porque jogou o ônus da crise nos outros países e favoreceu, principalmente, os bancos e o sistema financeiro desse país. Quando ficou visível que a “globalização” trouxe consigo um elemento indesejado, a China como competidora econômica que assombra os EUA, eles começaram a tecer críticas e tentar impedir ou frear a escalada chinesa rumo a uma nova liderança regional e mundial. Donald Trump lançava diatribes contra a China. A concorrência pelo 5G e as escaramuças no Mar do Sul da China são claras demonstrações de que os EUA não ficaram passivos diante da ameaça real à sua liderança.

O governo Bolsonaro cantou o hino norte-americano e bateu continência à bandeira estadunidense. Tal postura deixaria um general do perfil de Albuquerque Lima, de um Costa e Silva e de Geisel enrubescido, tal a desfaçatez da submissão simbólica, mas não somente

¹⁰ Ernesto Araújo foi sucedido por Carlos Alberto Franco França.

simbólica, aos EUA.

Vargas cedeu bases militares aos EUA, na Segunda Guerra Mundial, para barganhar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que seria fundamental para a industrialização brasileira e para projetar o país no contexto internacional. Bolsonaro cede a base de Alcântara sem contrapartida equivalente à CSN. Essas medidas trazem consequências, como bem destaca Fiori (2020a) em seu artigo publicado no *site* Sul21, ao denominar as atitudes do governo de *nova vassalagem*. Dentre outras coisas, afirma que em doze meses dobrou a saída de investidores estrangeiros, “[...] não havendo nenhuma expectativa de reversão dessa tendência que, pelo contrário, deve piorar ainda mais. Por tanto, até agora, a nova vassalagem militar do Brasil não trouxe nenhuma vantagem econômica, nem de mercados abertos nem de investimentos” (FIORI, 2020a, n.p).

A política externa do país, durante o governo Bolsonaro, é considerada por muitos analistas de RI como de alinhamento aos EUA. A socióloga Graciela Rodriguez destaca que o realinhamento subordinado do Brasil aos EUA tem como pilar as diretrizes do Estado e da economia atreladas à financeirização do capital.

Esse jogo também inclui uma aliança subordinada aos capitais internacionais e, em particular, aos tradicionais capitais norte-americanos dominantes na região e suas empresas transnacionais com substanciais interesses no país. Retomar, assim, esse tradicional eixo de alinhamento da diplomacia brasileira com os interesses dos EUA, provisoriamente deslocado por um maior distanciamento de prioridades promovido pelos governos Lula e Dilma, tornou-se agora ponto fundamental da nova política externa brasileira (RODRIGUEZ, 2020, p. 2-3).

Rodriguez, que é coordenadora do Instituto EQUÏT (Gênero, Economia e Cidadania Global) e faz parte da Coordenação da Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP), assevera que o redirecionamento da PEB no governo Bolsonaro mudou o perfil na diplomacia brasileira, que antes era “[...] não só identificada pelo ‘profissionalismo’, mas também por sua atuação relativamente independente” (RODRIGUEZ, 2020, p. 3).

A autora complementa sua análise destacando a coerência e a funcionalidade da natureza da PEB subordinada e ideologizada à lógica da reforma do Estado e à convergência de interesses com as corporações americanas.

A aliança subordinada do Brasil especificamente aos interesses norte-americanos consolidou-se rápido com Bolsonaro, e logo percebeu-se que existia coerência nessa submissão aos interesses de EUA e a lógica de profunda reforma do estado brasileiro, tanto na desregulação da legislação trabalhista, quanto da ambiental, já

que ambas favorecem o investimento extrativista das grandes corporações norte-americanas. Da mesma forma em que as privatizações promovidas pelo atual governo, dando continuidade ao golpe iniciado com o governo Temer, favorecem os interesses de tais empresas estadunidenses (RODRIGUEZ, 2020, p. 3).

Para ilustrar sua afirmação, a socióloga destaca alguns fatos emblemáticos desse alinhamento com os EUA: o caso da Embraer, a entrega da base de Alcântara, a indicação de Gerald Brant para assumir cargo no Itamaraty, o caso do Brigadeiro David Almeida Alcofarado – cedido ao Comando Sul das Forças Armadas norte-americanas, a defesa da mudança da capital de Israel para Jerusalém, o desmatamento da Amazônia e a liberação desenfreada de agrotóxicos, dentre outros (RODRIGUEZ, 2020).

A diplomacia da vassalagem, termo cunhado por Paulo Henrique Amorim, como bem destaca Rodriguez (2020), não para por aí. Podemos destacar nesse conjunto de ações o negacionismo ambiental, o negacionismo científico num contexto de pandemia que já ceifou a vida de mais 680 mil pessoas no Brasil, a negação dos direitos humanos, dos indígenas, etc.

No tocante à questão ambiental, Farias *et al.* destacam que:

[...] uma política aberta de extrativismo, negacionismo e autoritarismo, são os traços marcantes da agenda ambiental-climática do governo Bolsonaro, remetendo o Brasil de volta a posicionamentos dos anos 1970, que vinham sendo parcial e progressivamente superados no período pós-redemocratização (FARIAS *et al.*, 2021, p. 75).

Esse negacionismo se expressa em pronunciamentos de autoridades brasileiras e no desmonte e extinção de órgãos vinculados à proteção ao meio ambiente.

[...] O chanceler Ernesto Araújo se destaca ao contrariar as evidências científicas da própria ONU, afirmando que “o aquecimento global é uma trama globalista”, e o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, condenado por fraude ambiental que afirmou para a Folha de São Paulo que “a mudança climática é uma questão secundária” no reformulado Ministério do Meio Ambiente – ministério este que, por sua vez, extinguiu o Departamento de Políticas em Mudança do Clima e o Departamento de Monitoramento, Apoio e Fomento de Ações em Mudança do Clima, reduzindo em 95% a verba destinada às políticas de mudanças climáticas (FARIAS *et al.*, 2021, p. 79).

Na COP26 em Glasgow, na Escócia, Bolsonaro, visivelmente isolado, fez um pronunciamento referente ao Programa Nacional de Crescimento Verde e a definição de metas de redução de gases de efeito estufa. Fazendo uma leitura do *modus operandi* do governo brasileiro, é provável que o que foi anunciado seja *para inglês ver*.

No *site* do Santander, no *Programa Avançar*, é possível visualizar as exportações realizadas entre janeiro e outubro de 2020, totalizando US\$ 174,1 bilhões. A China aparece como nosso maior parceiro comercial, com 33,6% de participação – US\$ 58,4 bilhões; os EUA aparecem em segundo lugar, com 9,84% de participação – US\$ 17,1 bilhões; em terceira posição está a Argentina, com 3,88% de participação – US\$ 6,7 bilhões; em quarto lugar, a Holanda, com 3,68% de participação – US\$ 6,4 bilhões; em quinta posição, a Espanha, com 2,1% de participação – US\$ 3,7 bilhões (SANTANDER, 2021). Os dados indicam duas coisas: a) a China tem valor comercial estratégico para o Brasil; b) não foi de bom tom os pronunciamentos preconceituosos contra a China, desfechados pelos integrantes do governo ou pela família Bolsonaro.

Durante o governo Bolsonaro, a China fez um embargo à carne bovina, um dos produtos da pauta de exportação brasileira, e à época já investia em produtos e mercados alternativos ao brasileiro. Isso indicava que o Brasil poderia ter sérios problemas comerciais a médio e longo prazo, pois tem como característica a produção especializada em *commodities* agrícolas e minerais, e estes produtos podem ser comprados pela China de outros produtores. Vale lembrar, ainda, que o Brasil não se destaca na produção de produtos tecnológicos e com alto valor agregado, uma desvantagem imensa na divisão internacional do trabalho.

Referente aos Direitos Humanos, a PEB do governo Bolsonaro foi considerada ideológica, fundamentalista e de ultradireita, conforme Rodrigues *et al.* (2021). Os autores elencam diversos episódios emblemáticos desse perfil. Apresentaremos alguns que foram destacados no estudo “As bases da política externa Bolsonarista”.

Dentre embates verbais e votações que colocaram o Brasil “no outro lado”, com insólita e fiel atuação da representante do país em Genebra, cabe destacar as ofensas de Bolsonaro à Alta Comissária de Direitos Humanos, a ex-presidente do Chile Michelle Bachellet, após a divulgação de relatório negativo sobre os DH no país, as quais geraram consternação na esquerda e na direita chilenas, e mereceram repúdio do próprio Presidente Sebastián Piñera – aliado de Bolsonaro. Outro evento desconstrutivo foi a resolução contra Israel pela ocupação das Colinas do Golã e de territórios palestinos, em que o Brasil se alinhou a Israel. E como estratégia principal da PEB de ultradireita, destaca-se a eliminação da palavra “gênero” do léxico diplomático brasileiro, alimentada pelo combate ao que Bolsonaro e seu chanceler definem como “ideologia de gênero” (leiam-se direitos e políticas para as mulheres e a comunidade LGBTI). Em contrapartida, articulam uma coalizão de países pela família, de corte “terrivelmente evangélico”, violando a essência do Estado laico. (RODRIGUES *et al.*, 2021, p. 95).

Resta claro que a defesa dos Direitos Humanos para esse governo, cujo presidente, por inúmeras vezes, fez apologia aos torturadores e à Ditadura Militar, era um anátema. Os traços característicos da PEB, no governo Bolsonaro, trouxeram consequências para as relações internacionais, pois abalou a credibilidade diplomática conquistada em governos passados, retirou a liderança alcançada em debates e acordos sobre determinados temas estratégicos e transformou o país num pária mundial, inviabilizando o desenvolvimento nacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para encerrar, destacamos que a política externa no governo Bolsonaro foi de alinhamento aos EUA.

Pensar que o alinhamento automático traz vantagens econômicas, políticas, militares e diplomáticas tem se mostrado um desastre para o país. Tal alinhamento e submissão prejudicaram comercialmente o Brasil, tornando-o um protetorado militar dos EUA, como denuncia José Luís Fiori (2020b) no artigo intitulado “O contrato de vassalagem dos militares”.

Confiar em gratidão e/ou assumir postura de vassalo onde imperam os interesses dos países na disputa pelo mercado mundial, matérias-primas, rotas de suprimento de mercadorias e de energia não é de bom alvitre e não corresponde à história mundial do século XX e início do século XXI.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Moniz. **As relações perigosas**: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

BANDEIRA, Moniz. **Brasil-Estados Unidos**: a rivalidade emergente (1950-1988). 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FARIAS, Everton *et al.* De referência à pária – a tragédia da diplomacia ambiental no governo Bolsonaro. In: MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, Giorgio Romano; BERRINGER, Tatiana. (Orgs.). **As bases da política externa bolsonarista**: relações

internacionais em um mundo em transformação. Santo André, SP: EdUFABC, 2021.

FIORI, José Luís. **A lenta construção de um “Estado Vassalo”**. Outras Palavras. 30 set. 2020, 2020a. Disponível em: <https://outraspalavras.net/direita-assanhada/a-lenta-construcao-de-um-estado-vassalo>. Acesso em: 26 nov. 2021.

FIORI, José Luís. O contrato de vassalagem e a cegueira estratégica dos militares. **Sul21**. 13 out. 2020, 2020b. Disponível em: <https://sul21.com.br/opiniao/2020/10/o-contrato-de-vassalagem-e-a-cegueira-estrategica-dos-militares-por-jose-luis-fiori>. Acesso em: 25 nov. 2021.

RODRIGUEZ, Gabriela. **A política externa brasileira - Subordinada, ideologizada e misógina**. In: FRIEDRICH-EBERT-STIFTUNG. Ordem global e regional. nov. 2020. Disponível em: <http://www.rebrip.org.br/publicacoes/a-politica-externa-brasileira-subordinada-ideologizada-e-misogina-ddbb>. Acesso em: 23 nov. 2021.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio *et al.* Desconstrução dos direitos humanos na política externa brasileira. In: MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, Giorgio Romano; BERRINGER, Tatiana. (org.). **As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação**. Santo André, SP: EdUFABC, 2021.

SANTANDER. **Conheça os 5 países que mais importam do Brasil**. Disponível em: <https://santandernegocioempresas.com.br/conhecimento/empreendedorismo/paises-que-mais-importam-do-brasil>. Acesso em: 15 nov. 2021.

Recebido em: 1 de março de 2023

Aceito em: 8 de março de 2023

Publicado online em: 12 de março de 2023